Ponto de Atendimento: 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental 320.707/2015
Data da Infração: 15/9/2015
Autuado: Rafael Xavier Silva
CPF: 085.009.196-98
Data da Sessão: 12-11-2015
A parte interessada compareceu à Sessão do Atendimento Ambiental: Sim
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental
Valor de multa suspenso até verificação do cumprimento de medidas estabelecidas em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Não se aplica
Valor consolidado da Multa: R\$ 400,00
Forma de recolhimento da multa: Parcelado 3x
Sanções administrativas: Multa simples - Manutenção - Apreensão de bens ou animais - Manutenção
Houve conciliação? Sim
"Observações: O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão da indisponibilidade de agenda.
O pescado foi doado à Associação Evangélica Lar de Betânia, de acordo com o Termo de Destinação 151.785.
Em relação aos petrechos apreendidos, opina-se pela destinação dos mesmos de acordo com o artigo 90, inciso IV, alínea "a" da Resolução SMA 48/2014.
Quanto ao motor e a lancha apreendidos, administrativamente opina-se pela devolução dos mesmos ao Srº Haster de Lourdes Rocha e Silva (AJA 321.315/2015), desde que comprovada a propriedade e regularidade junto aos órgãos competentes, devendo ser observadas pendências judiciais.
O autuado foi orientado em relação aos prazos para reincidência e retirou as três guias para pagamento durante a sessão de Atendimento Ambiental."
Ponto de Atendimento: 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental 320.716/2015
Data da Infração: 15/9/2015
Autuado: Ginaldo Magalhães Trindade
CPF: 897.424.355-53
Data da Sessão: 12-11-2015
A parte interessada compareceu à Sessão do Atendimento Ambiental: Sim
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental
Valor de multa suspenso até verificação do cumprimento de medidas estabelecidas em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Não se aplica
Valor consolidado da Multa: R\$ 400,00
Forma de recolhimento da multa: Parcelado 3x
Sanções administrativas: Multa simples - Manutenção - Apreensão de bens ou animais - Manutenção
Houve conciliação? Sim
"Observações: Para beneficiar-se do desconto pela Reeducação o autuado se compromete a acessar a Cartilha da Conduta Ambiental Legal através do site da Secretaria do Meio Ambiente: http://www.ambiente.sp.gov.br/cfa/files/2015/01/CONDUTA-AMBIENTAL-LEGAL_FINAL_JAN2015.pdf.
O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão da indisponibilidade de agenda.
O pescado foi doado à Associação Evangélica Lar de Betânia, de acordo com o Termo de Destinação 151.785.
Em relação aos petrechos apreendidos, opina-se pela destinação dos mesmos de acordo com o artigo 90, inciso IV, alínea "a" da Resolução SMA 48/2014.
Quanto ao motor e a lancha apreendidos, administrativamente opina-se pela devolução dos mesmos ao Srº Haster de Lourdes Rocha e Silva (AJA 321.315/2015), desde que comprovada a propriedade e regularidade junto aos órgãos competentes, devendo ser observadas pendências judiciais.
O autuado foi orientado em relação aos prazos para reincidência e retirou as três guias para pagamento durante a sessão de Atendimento Ambiental."
Ponto de Atendimento: 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental 320.721/2015
Data da Infração: 21/9/2015
Autuado: Valcir Nogueira
CPF: 121.613.278-01
Data da Sessão: 12-11-2015
A parte interessada compareceu à Sessão do Atendimento Ambiental: Sim
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental
Valor de multa suspenso até verificação do cumprimento de medidas estabelecidas em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Não se aplica
Valor consolidado da Multa: R\$ 450,00
Forma de recolhimento da multa: Parcela única
Sanções administrativas: Multa simples - Manutenção - Apreensão de bens ou animais - Manutenção
Houve conciliação? Não
"Observações: Nos termos do artigo 13 do Decreto Estadual 60.342/2014, fica o autuado ciente do prazo de 20 dias corridos para apresentação de defesa. O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão da indisponibilidade de agenda.
Os animais abatidos, objetos da apreensão, foram descartados no Aterro Sanitário de José Bonifácio."
Ponto de Atendimento: 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental 320.722/2015
Data da Infração: 21/9/2015
Autuado: Evandro Borges da Silva
CPF: 357.716.478-61
Data da Sessão: 12-11-2015
A parte interessada compareceu à Sessão do Atendimento Ambiental: Não
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental
Valor de multa suspenso até verificação do cumprimento de medidas estabelecidas em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Não se aplica
Valor consolidado da Multa: R\$ 1.200,00
Forma de recolhimento da multa: Parcela única
Sanções administrativas: Multa simples - Manutenção - Apreensão de bens ou animais - Manutenção
Houve conciliação? Não
"Observações: Nos termos do artigo 13 do Decreto Estadual 60.342/2014, fica o autuado ciente do prazo de 20 dias corridos para apresentação de defesa. O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão da indisponibilidade de agenda.
Os animais abatidos, objetos da apreensão, foram descartados no Aterro Sanitário de José Bonifácio."
Ponto de Atendimento: 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental 321.244/2015
Data da Infração: 21/9/2015
Autuado: Adriano Marcelino de Miranda
CPF: 098.824.918-98
Data da Sessão: 12-11-2015
A parte interessada compareceu à Sessão do Atendimento Ambiental: Não
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental
Valor de multa suspenso até verificação do cumprimento de medidas estabelecidas em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Não se aplica
Valor consolidado da Multa: R\$ 444,00

Forma de recolhimento da multa: Parcela única
Sanções administrativas: Multa simples - Manutenção - Apreensão de bens ou animais - Manutenção
Houve conciliação? Não
"Observações: Nos termos do artigo 13 do Decreto Estadual 60.342/2014, fica o autuado ciente do prazo de 20 dias corridos para apresentação de defesa. O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão da indisponibilidade de agenda.
O pescado apreendido foi solto na Corredeira São Bartolomeu, conforme Termo de Soltura 150.165.
Os petrechos apreendidos deverão ser destruídos nos termos do artigo 90, inciso IV, alínea "a" da Resolução SMA 48/2014."
Ponto de Atendimento: 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental 320.315/2015
Data da Infração: 15/9/2015
Autuado: Haster de Lourdes Rocha e Silva
CPF: 012.982.646-42
Data da Sessão: 12-11-2015
A parte interessada compareceu à Sessão do Atendimento Ambiental: Sim
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental
Valor de multa suspenso até verificação do cumprimento de medidas estabelecidas em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Não se aplica
Valor consolidado da Multa: R\$ 400,00
Forma de recolhimento da multa: Parcelado 3x
Sanções administrativas: Multa simples - Manutenção - Apreensão de bens ou animais - Manutenção
Houve conciliação? Sim
"Observações: Para beneficiar-se do desconto pela Reeducação o autuado se compromete a acessar a Cartilha da Conduta Ambiental Legal através do site da Secretaria do Meio Ambiente: http://www.ambiente.sp.gov.br/cfa/files/2015/01/CONDUTA-AMBIENTAL-LEGAL_FINAL_JAN2015.pdf.
O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão da indisponibilidade de agenda.
O pescado foi doado à Associação Evangélica Lar de Betânia, de acordo com o Termo de Destinação 151.785.
Em relação aos petrechos apreendidos, administrativamente opina-se pela destinação dos mesmos de acordo com o artigo 90, inciso IV, alínea "a" da Resolução SMA 48/2014.
Quanto ao motor e a lancha apreendidos, administrativamente opina-se pela devolução dos mesmos desde que comprovada a propriedade e regularidade junto aos órgãos competentes, devendo ser observadas pendências judiciais.
O autuado foi orientado em relação aos prazos para reincidência e retirou as guias para pagamento durante a sessão de Atendimento Ambiental."
" "

COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS

Portaria CPU - 173, de 12-11-2015

Designando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato 27/2013/CPU (Processo SMA 9.695/2013), firmado em 29-11-2013, com a empresa Electa Prestação de Serviços em Tecnologia Educacional Ltda.

O Coordenador de Parques Urbanos, conforme resolução SMA 74 de 09/08/13, combinado com o Decreto 57.933 de 02/04/12, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve:
Artigo 1º - Designar os funcionários abaixo relacionados para na qualidade de fiscais acompanharem e fiscalizarem a execução do contrato 27/2013/CPU, firmado em 29-11-2013 com a empresa Electa Prestação de Serviços em Tecnologia Educacional Ltda para a prestação de serviços contínuos de monitoria, apoio e coordenação das atividades de informação, orientação e desenvolvimento de programas culturais, esportivos e de lazer para os visitantes dos parques urbanos, conforme atribuições específicas.

I - Bruna Paulini Barbosa, portadora da cédula de identidade RG 7.989.625, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 04- local Várzea do Embu Guaçu, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

II – Pedro Luiz Mattos Silva Botaro, portador da cédula de identidade RG 29.775.799-4, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 05- local Chácara da Baronesa, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

III – Marcia Cristina Yamamoto, portadora da cédula de identidade RG 28.126.326-7, e como suplente, Thamires Tenório do Nascimento, portadora da cédula de identidade RG 49.142.936-8, com atribuições de receber os relatórios/ atestados dos serviços efetivamente prestados pelos fiscais indicados nos incisos de I a VII, para que sejam consolidados e encaminhados ao departamento de orçamento e finanças, da coordenadoria de administração para pagamento.

Artigo 2º - Os fiscais indicados nos incisos I e II deverão encaminhar ao servidor indicado no inciso III até o 2º dia útil de cada mês subsequente ao da prestação de serviços, relatório/ atestado dos serviços efetivamente prestados.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria CPU 157, de 14-10-2015, publicada em 17-10-2015. Processo 9.695/2013

Portaria CPU - 172, de 12-11-2015

Designando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato 26/2013/CPU (Processo SMA 9.695/2013), firmado em 29-11-2013, com a empresa BK Consultoria e Serviços Ltda

O Coordenador de Parques Urbanos, conforme resolução SMA 74 de 09/08/13, combinado com o Decreto 57.933 de 02/04/12, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve:

Artigo 1º - Designar os funcionários abaixo relacionados para na qualidade de fiscais acompanharem e fiscalizarem a execução do contrato 26/2013/CPU, firmado em 29-11-2013 com a empresa BK Consultoria e Serviços Ltda para a prestação de serviços contínuos de monitoria, apoio e coordenação das atividades de informação, orientação e desenvolvimento de programas culturais, esportivos e de lazer para os visitantes dos parques urbanos, conforme atribuições específicas.

I - Alessandro Farid Mischi Bou Chebl, portador da cédula de identidade RG 43.775.265-3, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 01- local Água Branca, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

II – Marcos Paulo de Oliveira Alves, portador da cédula de identidade RG 32.228.022-9, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 01- local Belém, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

III- Larissa Cardoso Noronha, portadora da cédula de identidade RG 49.127.078-1, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 01- local Vila-Lobos, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

IV – Odair Aparecido Ribeiro Campos, portador da cédula de identidade RG 15.696.276-7, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 01- local Juventude, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

V – Alex Maia, portador da cédula de identidade RG 28.486.754-4, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 01- local Pomar Urbano, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

VI – Bruna Paulini Barbosa, portadora da cédula de identidade RG 7.989.625, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 01- local Guarapiranga, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

VII – Maria Olívia Mendonça Prata, portadora da cédula de identidade RG 12.992.525-1, com atribuições de fiscalizar a execução do contrato, especificamente no que tange aos serviços do lote 03- local Gabriel Churru, conforme tabela 1 do Termo de Referência;

VIII – Marcia Cristina Yamamoto, portadora da cédula de identidade RG 28.126.326-7, e como suplente, Thamires Tenório do Nascimento, portadora da cédula de identidade RG 49.142.936-8, com atribuições de receber os relatórios/ atestados dos serviços efetivamente prestados pelos fiscais indicados nos incisos de I a VII, para que sejam consolidados e encaminhados ao departamento de orçamento e finanças, da coordenadoria de administração para pagamento.

Artigo 2º - Os fiscais indicados nos incisos I a VII deverão encaminhar ao servidor indicado no inciso VIII até o 2º dia útil de cada mês subsequente ao da prestação de serviços, relatório/ atestado dos serviços efetivamente prestados.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria CPU 156, de 14-10-2015, publicada em 17-10-2015. Processo 9.695/2013

Comunicado

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio de sua Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU, com vistas à celebração de Termo de Doação concernente ao Projeto Pomar Urbano, nos termos da Resolução SMA 74, de 10 setembro de 2014, comunica a todos o recebimento de proposta de doação de serviços da empresa Hese Empreendimentos e Gerenciamento Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o 10.207.759/0001-01, para a realização de ações voltadas à recuperação e manutenção paisagística de área denominada de "Trecho Eusébio Matoso", às margens do Rio Pinheiros, localizado à Avenida Guido Caloi, 551, Jardim São Luiz - São Paulo/SP, sendo que toda a infraestrutura e mão de obra necessárias à implementação e execução das atividades, bem como a limpeza, manutenção e preservação dos equipamentos, fica a cargo da proponente, sem qualquer ônus adicional ao Estado de São Paulo. Neste sentido, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por intermédio de sua Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU abre o prazo de 30 dias, contados da data de publicação deste Chamamento Público para a apresentação de outras manifestações de interesse, que devem conter a descrição das atividades e serviços a serem realizados, e ser entregues à Coordenadoria de Parques Urbanos, situada à Avenida Professor Fonseca Rodrigues, 1025, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05466-000. A Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU analisará a viabilidade das propostas apresentadas e decidirá, com base nas disposições constantes na alínea "b", inciso I do artigo 2º, da Resolução supracitada. Chamamento Público CPU de 17-11-2015.

Comunicado

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio de sua Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU, com vistas à celebração de Termo de Doação concernente ao Projeto Pomar Urbano, nos termos da Resolução SMA 74, de 10 setembro de 2014, comunica a todos o recebimento de proposta de doação de serviços da empresa Mapfre Seguros Gerais S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o 61.074.175/0001-38, para a realização de ações voltadas à recuperação e manutenção paisagística de área denominada de "Trecho Mourumbi", às margens do Rio Pinheiros, localizado à Avenida Guido Caloi, 551, Jardim São Luiz - São Paulo/SP, sendo que toda a infraestrutura e mão de obra necessárias à implementação e execução das atividades, bem como a limpeza, manutenção e preservação dos equipamentos, fica a cargo da proponente, sem qualquer ônus adicional ao Estado de São Paulo. Neste sentido, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por intermédio de sua Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU abre o prazo de 30 dias, contados da data de publicação deste Chamamento Público para a apresentação de outras manifestações de interesse, que devem conter a descrição das atividades e serviços a serem realizados, e ser entregues à Coordenadoria de Parques Urbanos, situada à Avenida Professor Fonseca Rodrigues, 1025, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05466-000. A Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU analisará a viabilidade das propostas apresentadas e decidirá, com base nas disposições constantes na alínea "b", inciso I do artigo 2º, da Resolução supracitada. Chamamento Público CPU de 17-11-2015

INSTITUTO FLORESTAL

Despacho do Diretor Geral, de 12-11-2015

Processo SMA 7.330/2015. À vista dos elementos constantes dos autos, em especial a apuração no atraso na entrega de pilha recarregáveis e carregador de pilhas, para atender as necessidades da Divisão de Administração (Almoxarifado), unidade do Instituto Florestal, a notificação para que se fizesse o contraditório e a ampla defesa. Decorrido o prazo recursal, a contratada abdicou o direito do contraditório e a ampla defesa aceitando a multa pecuniária a ser aplicada e as informações da Seção de Finanças e do Diretor Administrativo, as quais conheço, aplico a multa pecuniária R\$ 140,25 à empresa Parada Obrigatória Com. Impor. Eletrônicos, CNPJ 13.446.995/0001-60, a ser descontado do pagamento da nota fiscal/fatura.

Despacho do Diretor Geral, de 17-11-2015

À vista dos elementos constantes dos autos, em especial a apuração no atraso na entrega de material consumo (aquisição de produtos de limpeza), para atender as necessidades ao Almoxarifado e, unidade do Instituto Florestal, a notificação para que se fizesse o contraditório e a ampla defesa. Decorrido o prazo recursal, a contratada abdicou o direito do contraditório e a ampla defesa aceitando mansa e pacificamente a multa pecuniária a ser aplicada e as informações da Seção de Finanças e do Diretor Administrativo, as quais conheço, aplico a multa pecuniária R\$ 164,12 à empresa Pillar Ind. Com. De Plástico e Papel Ltda, CNPJ 12.253.945/0001-02, a ser descontado do pagamento da nota fiscal/fatura. Processo SMA 7.743/2015

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria F.F. - 203, de 17-11-2015

Designação de Valéria Barbosa Alves junto à Assessoria Jurídica

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF 0165/2012 resolve:

Art. 1º. Designar Valéria Barbosa Alves, R.G. 18.717.738-7, para responder pelo expediente da Assessoria Jurídica, no período de 17-11-2015 a 31-01-2016, sem prejuízo de suas atuais atribuições.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17-11-2015.

Despacho do Diretor Executivo, de 13-11-2015

Dispensa de Licitação art.24. Processo 951/15. Interessado: Diretoria Executiva - UEP/Meio Ambiente. Assunto: Programa "Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica - Aquisição de passagem aérea SP/ Brasília/SP. Atento ao que dos autos consta e de acordo com a

Lei Federal de Licitações 8.666/93 e suas alterações, autorizo a Dispensa de Licitação e a Despesa, bem com a emissão de empenho no valor total de R\$ 2.291,70, a favor da empresa Valencia Agencia de Viagens e Turismo Ltda, CNPJ 01.453.879/0001-90, referente a convocação da Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para reunião na data de 23/11/15 das 14h30 às 16h para revisão da carteira de empréstimos ao Brasil - Projeto Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica.

Extrato de Contrato

Processo 737/15

Contrato: 15055-7-02-11

Parecer Aj 177/2015

Modalidade: Pregão Eletrônico 71/15

Contratante: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Contratada: Alessandra Vieira Torráo - Me

CNPJ: 20.008.955/0001-00

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Acessórios para Combate e Prevenção a Incêndios e Registro de Ocorrências para as Unidades de Conservação da Fundação Florestal

Valor R\$23.954,00

Recursos Orçamentários: Programa de Trabalho: 1854126076180000 Natureza Despesa: 449052

Vigência: 30 Dias

Data de Assinatura: 16-11-2015

Extrato de Contrato

Processo 737/15

Contrato: 15057-7-02-11

Parecer Aj 177/2015

Modalidade: Pregão Eletrônico 71/15

Contratante: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Contratada: Fhb-Comercial Eletrônica Ltda-Epp

CNPJ: 09.534.916/0001-04

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Acessórios para Combate e Prevenção a Incêndios e Registro de Ocorrências para as Unidades de Conservação da Fundação Florestal

Valor R\$ 18.200,00

Recursos Orçamentários: Programa de Trabalho: 1854126076180000 Natureza Despesa: 449052

Vigência: 30 Dias

Data de Assinatura: 17-11-2015

Extrato de Contrato

Processo 1652/14

Contrato: 15044-8-04-13

Parecer Aj 293/14

Modalidade: Lpn 004/15

Contratante: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Contratada: Sppo Sociedade Paulista de Projetos e Obras Ltda-Epp.

CNPJ: 08.101.802/0001-08

Objeto: Construção de Centro de Visitante, Base de Proteção e Guarita na Estrada no Parque Estadual da Serra do Mar/Núcleo Caraguatubá na Estrada do Rio Pardo Km 09 E 14, no Âmbito do Programa "Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica

Valor R\$ 2.260.275,28

Recursos Orçamentários: Programa de Trabalho: 18543260723150000 Natureza Despesa: 449051

Vigência: 09 Meses, Contados da Ordem de Serviços

Data de Assinatura: 16-11-2015

1º Termo - Aditamento ao Contrato

Processo: 1148/2008

Contrato: 13065-7-01-11

Contratante: Fundação para a Conservação e a Produção

Florestal do Estado de São Paulo

Contratada: Fernandes Associados - EPP

Objeto: Registro de Logomarca das Unidades de Conservação.

Aditamento: A partir de 01-12-2015, fica prorrogado por um período de 24 meses o prazo original do contrato, com vigência até 30-11-2017.

Para o período de 01-12-2015 a 30-11-2017 o valor estimado do presente contrato é de R\$ 8.825,00.

Parecer Jurídico: FF 214/2015 - 29-10-2015.

Data de Assinatura: 12-11-2015.

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Resolução Conjunta SF/PGE-1, de 17-11-2015

Disciplina os procedimentos administrativos necessários à liquidação de débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos termos do Decreto 61.625, de 13-11-2015

O Secretário da Fazenda e o Procurador Geral do Estado, tendo em vista o disposto no Decreto 61.625, de 13-11-2015, resolvem:

Artigo 1º - Para o recolhimento, nos termos do Decreto 61.625, de 13-11-2015, de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31-12-2014, o interessado deverá formalizar a sua opção no período de 16-11-2015 a 15-12-2015, mediante adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS.

Artigo 2º - A adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS compreende as seguintes providências:

I - acessar o sistema do PEP do ICMS, disponível no endereço eletrônico www.pepdicoms.sp.gov.br, mediante utilização do mesmo login e senha utilizados no acesso ao Posto Fiscal Eletrônico - PFE, sendo que:

a) o contribuinte inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado que não dispuser de acesso ao Posto Fiscal Eletrônico - PFE deverá comparecer ao Posto Fiscal de vinculação do estabelecimento e solicitar login e senha para acessar o sistema do PEP do ICMS, ainda que tenha encerrado as suas atividades ou esteja em situação irregular perante o fisco;

b) o contribuinte não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado deverá comparecer ao Posto Fiscal mais próximo e solicitar login e senha para acessar o sistema do PEP do ICMS;

c) na hipótese de o contribuinte possuir login e senha de acesso ao sistema do PPI do ICMS, poderá utilizá-los no acesso ao sistema do PEP do ICMS;

II - acessado o sistema do PEP do ICMS, selecionar, dentre a relação de débitos apresentada, aqueles a serem liquidados nos termos do Decreto 61.625, de 13-11-2015, ou, se for o caso, incluir valores referentes à denúncia espontânea, observado o disposto no artigo 88 da Lei 6.374, de 01-03-1989.

III - após a seleção dos débitos, simular, se for o caso, as condições de pagamento nas opções disponíveis e escolher uma delas, observando-se o prazo previsto no artigo 1º;

IV - selecionados os débitos e a forma de pagamento, finalizar a operação, ocasião em que serão gerados o número do PEP do ICMS e o Termo de Adesão com a respectiva GARE-ICMS da primeira parcela ou da parcela única, configurando-se a adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS.

§ 1º - Na hipótese de inclusão de valores referentes à denúncia espontânea, prevista no inciso II, a guia de informação relativa ao período de apuração do débito denunciado deverá ser retificada pelo contribuinte no prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo da possibilidade de a guia ser coligida pelo fisco.

§ 2º - O contribuinte poderá aderir mais de uma vez ao programa de parcelamento, seguindo os procedimentos disciplinados por esta resolução, desde que os débitos selecionados sejam distintos, gerando-se um número de PEP do ICMS para cada uma das adesões.

§ 3º - Poderão ser liquidados, exclusivamente em parcela única, débitos fiscais decorrentes de operações ou prestações de contribuinte que não esteja em situação cadastral regular perante o fisco, nos termos do item 4 do § 1º do artigo 36 da Lei 6.374, de 01-03-1989, salvo se o débito estiver inscrito e ajuizado, hipótese em que a liquidação poderá ser feita em mais de uma parcela.

§ 4º - Configurada a adesão ao programa, não será possível qualquer alteração nos termos do acordo de liquidação dos débitos.

Artigo 3º - O saldo remanescente de parcelamento de débito não inscrito em Dívida Ativa deferido nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS poderá ser liquidado por meio do PEP do ICMS, hipótese em que o contribuinte, previamente à adoção das providências previstas no artigo 2º, deverá, até o dia 30-11-2015.

I - solicitar, pelo Posto Fiscal Eletrônico - PFE, a migração do saldo remanescente para o PEP do ICMS, quando se tratar de parcelamento:

a) na situação "acordo a celebrar" ou "em andamento", de débito declarado em Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA, Declaração do Simples Nacional - DSN-SP ou Declaração do Simples Nacional relativa à Substituição Tributária e ao Diferencial de Alíquota - STDA;

b) na situação "em andamento", de débito apurado pelo fisco por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM; II - apresentar, no Posto Fiscal de vinculação do estabelecimento, o pedido de migração do saldo remanescente para o PEP do ICMS, quando se tratar de parcelamento:

a) na situação "acordo a celebrar", de débito apurado por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM;

b) na situação "acordo a celebrar" ou "em andamento", de débito devido na importação de bem destinado ao ativo imobilizado;

c) não disponível para migração por meio do Posto Fiscal Eletrônico - PFE;

III - tratando-se de contribuinte não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado, apresentar o pedido de migração do saldo remanescente para o PEP do ICMS, no Posto Fiscal onde formalizou o pedido de parcelamento.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica ao:

1 - parcelamento de débitos apurados por meio de auto de infração conforme os artigos 79 e 129 da Resolução 94/2011, do Comitê Gestor do Simples Nacional;

2 - saldo remanescente de acordo de parcelamento deferido nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS e já rompido, exceto se inscrito em Dívida Ativa;

3 - saldo remanescente de débito parcelado no PPI do ICMS na situação de "em andamento" em 30-06-2015 ;

4 - saldo remanescente de débito parcelado no PEP do ICMS, nos termos do Decreto 58.811, de 27-12-2012, na situação de "em andamento" em 30-06-2015.

5 - saldo remanescente de débito parcelado no PEP do ICMS, nos termos do Decreto 60.444, de 13-05-2014, na situação de "em andamento" em 30-06-2015.

§ 2º - Na migração para o PEP do ICMS:

1 - os débitos relativos aos fatos geradores ocorridos: a) até 31-12-2014 serão disponibilizados no sistema do PEP do ICMS;

b) a partir de 01-01-2015 serão automaticamente reparcelados nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS;

2 - será reincorporado ao saldo remanescente, se for o caso, o valor correspondente à redução da multa concedida nos termos do artigo 101 da Lei 6.374/89.

§ 3º - Salvo a hipótese prevista no item 1, alínea "b", do § 2º, o saldo de parcelamento migrado para o PEP do ICMS não poderá ser objeto de novo parcelamento nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS, nem ser reincorporado ao parcelamento original.

§ 4º - Na hipótese de parcelamento de débitos apurados por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM, o contribuinte que solicitar a migração do seu saldo para o PEP do ICMS deverá selecionar todos os valores que compõem esse saldo para liquidação nos termos desta resolução, sem prejuízo de a Secretaria da Fazenda incluí-los, de ofício, a qualquer tempo.

Artigo 4º - O saldo remanescente de parcelamento de débito inscrito em Dívida Ativa deferido nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS também estará disponível para liquidação por meio do PEP do ICMS.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica ao:

1 - saldo remanescente de débito parcelado no PPI do ICMS na situação de "em andamento" em 30-06-2015;

2 - saldo remanescente de débito parcelado no PEP do ICMS, nos termos do Decreto 58.811, de 27-12-2012, na situação de "em andamento" em 30-06-2015.

3 - saldo remanescente de débito parcelado no PEP do ICMS, nos termos do Decreto 60.444, de 13-05-2014, na situação de "em andamento" em 30-06-2015.

4 - débito relativo a fato gerador ocorrido a partir de 01-01-2015.

Artigo 5º - O vencimento:

1 - da primeira parcela ou da parcela única será: a) no dia 21 do mês corrente, para as adesões ocorridas entre os dias 1º e 15;

b) no dia 10 do mês subsequente, para as adesões ocorridas entre o dia 16 e o último dia do mês.

II - na hipótese de parcelamento nos termos do inciso II do artigo 1º do Decreto 61.625, de 13-11-2015, o vencimento das parcelas subsequentes à primeira será:

a) no dia 25 dos meses subsequentes ao do vencimento da primeira parcela, para as adesões ocorridas entre os dias 1º e 15;

b) no dia 10 dos meses subsequentes ao do vencimento da primeira parcela, para as adesões ocorridas entre o dia 16 e o último dia do mês.

§ 1º - O não recolhimento da parcela única ou da primeira parcela até a data do seu vencimento ou o recolhimento em valor menor implica a não celebração do acordo de liquidação dos débitos nos termos desta resolução.

§ 2º - Quando a data de vencimento da parcela única ou de qualquer parcela, incluindo a primeira, for dia não útil, o recolhimento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem que isso configure atraso.

§ 3º - Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso, serão aplicados, além dos acréscimos financeiros referentes ao parcelamento, juros de 0,1% ao dia sobre o valor da parcela em atraso, desde que o acordo de parcelamento não esteja rompido conforme previsto no inciso II do artigo 6º do Decreto 61.625, de 13-11-2015.

Artigo 6º - Para o recolhimento de qualquer parcela deverá ser utilizada a GARE-ICMS emitida no endereço eletrônico

www.pepdicms.sp.gov.br, sob pena de o recolhimento não ser considerado para fins de liquidação do débito no PEP do ICMS.

Artigo 7º - Qualquer parcela recolhida antecipadamente, desde que o PEP do ICMS não esteja rompido, será imputada de modo a liquidar, total ou parcialmente, as parcelas na ordem decrescente de seus vencimentos.

Parágrafo único - No pagamento antecipado de débito fiscal parcelado, o acréscimo financeiro incidente sobre as parcelas vincendas será aquele fixado para o mês da efetiva liquidação.

Artigo 8º - São competentes para declarar a liquidação do débito fiscal, nos termos desta resolução:

I - o Delegado Regional Tributário, podendo delegar, quando se tratar de débito fiscal não inscrito em Dívida Ativa;

II - o Procurador do Estado responsável pelo acompanhamento das ações judiciais relativas à matéria tributária, no âmbito de suas competências funcionais, quando se tratar de débito fiscal inscrito em Dívida Ativa.

Parágrafo único - A declaração de liquidação do débito fiscal, inscrito ou não inscrito, será realizada a partir de relatório de baixa de débitos gerado pelo sistema do PEP do ICMS.

Artigo 9º - Os débitos fiscais selecionados na adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP poderão ser liquidados com:

I - crédito acumulado do ICMS;

II - valor do imposto a ser ressarcido, conforme previsto no § 2º do artigo 270 do Regulamento do ICMS.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica ao pagamento do valor dos honorários advocatícios.

§ 2º - O crédito acumulado deverá estar disponível na conta corrente do sistema informatizado mantido pela Secretaria da Fazenda, conforme inciso III do artigo 72 do Regulamento do ICMS.

Artigo 10 - O contribuinte que possuir crédito acumulado apropriado ou valor do imposto a ser ressarcido e desejar utilizá-lo no âmbito do PEP do ICMS deverá:

I - acessar o endereço eletrônico www.pepdicms.sp.gov.br;

II - selecionar a opção "Utilização de Crédito Acumulado Apropriado" ou "Utilização de Ressarcimento", conforme o caso;

III - registrar o valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido disponível para liquidação da parcela única ou das parcelas vincendas.

§ 1º - Tratando-se de utilização de valor do imposto a ser ressarcido, o contribuinte também deverá apresentar ao Posto Fiscal de sua vinculação o Pedido de Liquidação de Débito Fiscal, nos termos do artigo 11 da Portaria CAT-17/99, de 5 de março de 1999.

§ 2º - O valor de cada parcela:

1 - não poderá ser fracionado para fins de liquidação com crédito acumulado ou com valor de imposto a ser ressarcido, exceto o da parcela única;

2 - será atualizado nos termos da legislação vigente, até a data do registro do valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido disponível para a pretendida liquidação.

Artigo 11 - Registrado o valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido no sistema do PEP do ICMS, não será admitido novo registro até que o pedido anterior tenha sido decidido pelo Delegado Regional Tributário.

§ 1º - Serão disponibilizados pelo sistema:

1 - o valor atualizado das parcelas, sem o valor dos honorários advocatícios;

2 - a quantidade de parcelas que serão liquidadas pelo valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido registrado;

3 - para impressão: a) o "Pedido de Liquidação de Parcelas do PEP com Crédito Acumulado" ou o "Pedido de Liquidação de Parcelas do PEP com Imposto a ser Ressarcido", conforme o caso, em 2 (duas) vias;

b) a "Guia de Arrecadação Estadual - GARE-ICMS" para pagamento em espécie da fração complementar, no caso de liquidação parcial, com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido, da parcela única;

c) a "Guia de Arrecadação Estadual - GARE-ICMS" para pagamento dos honorários, quando for o caso.

§ 2º - Em caso de alteração do valor do parcelamento no âmbito do PEP do ICMS, por qualquer motivo, as parcelas serão recalculadas pelo sistema.

Artigo 12 - O contribuinte detentor do crédito acumulado ou do valor do imposto a ser ressarcido deverá apresentar no Posto Fiscal de vinculação, no prazo de 5 dias úteis, contados da data do registro de que trata o inciso III do artigo 10 ou da data de vencimento da GARE da fração complementar e/ou dos honorários advocatícios, se houver, o "Pedido de Liquidação de Parcelas do PEP com Crédito Acumulado" ou o "Pedido de Liquidação de Parcelas do PEP com Imposto a ser Ressarcido", conforme o caso, e os comprovantes de recolhimento:

I - da fração complementar, quando se tratar de liquidação parcial do débito em parcela única;

II - dos honorários advocatícios, custas e demais despesas judiciais, quando for o caso.

Parágrafo único - Caso o pedido não seja apresentado no prazo determinado, será desconsiderado o registro do valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido.

Artigo 13 - O Chefe do Posto Fiscal deverá:

I - confirmar a disponibilidade do crédito acumulado registrado ou do valor do imposto a ser ressarcido;

II - reservar o valor do crédito acumulado na conta corrente do Sistema e-CredAc, se for o caso;

III - formar o processo e encaminhá-lo ao Delegado Regional Tributário, no prazo de 3 dias úteis.

Artigo 14 - O contribuinte poderá desistir do pedido de liquidação de parcelas do PEP com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido, enquanto não decidido, mediante requerimento, entregue ao Chefe do Posto Fiscal, o qual será juntado ao processo e encaminhado para o Delegado Regional Tributário, no prazo de 3 dias úteis.

Artigo 15 - O Delegado Regional Tributário decidirá sobre o pedido até o último dia útil do mês subsequente ao do registro do crédito acumulado ou do valor do imposto a ser ressarcido no sistema do PEP do ICMS.

Artigo 16 - A decisão que deferir, indeferir ou homologar a desistência do pedido de liquidação de parcelas do PEP com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido, proferida no processo, será encaminhada para o Núcleo Fiscal de Cobrança da respectiva Delegacia Regional Tributária, que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da decisão, registrará a informação no Sistema da Dívida Ativa, juntamente com o seguinte:

I - número no Sistema de Gestão de Documentos - GDOC do processo administrativo, em que foi proferida a decisão;

II - número do PEP do ICMS em que foi oferecido o crédito acumulado ou o valor do imposto a ser ressarcido;

III - nome, cargo e sede de exercício da autoridade que proferiu a decisão;

IV - nome, cargo e sede de exercício do usuário que estiver realizando o cadastro da decisão;

V - decisão proferida.

Parágrafo único - Tratando-se de pedido de liquidação de parcelas do PEP com crédito acumulado, após o cumprimento do disposto no "caput", o processo será encaminhado ao Posto Fiscal para fins de registro no Sistema e-CredAc.

Artigo 17 - Caso seja indeferido o pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido:

I - o interessado será notificado da decisão pelo Núcleo Fiscal de Cobrança;

II - se for o caso, o valor da reserva de crédito acumulado não utilizado será lançado a crédito na conta corrente do Sistema e-CredAc.

Artigo 18 - As informações relativas ao pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido estarão disponíveis no endereço eletrônico www.pepdicms.sp.gov.br, no extrato detalhado do Programa Especial de Parcelamento - PEP.

Artigo 19 - Os casos omissos serão decididos pelo Coordenador da Administração Tributária e pelo Subprocurador Geral da Área do Contencioso Tributário-Fiscal, nos limites de suas respectivas competências, podendo ambos delegar.

Artigo 20 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16-11-2015.

Portarias da Procuradora do Estado Chefe de Gabinete, de 17-11-2015

Cancelando:

a pedido, a partir de 01-09-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito MARCELA CRISTINA DE SOUZA ROSSETTO, RG. 44.765.756-2, para exercer, na Procuradoria Regional de Campinas, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 402/2015)

a partir de 13-10-2015, em virtude de conclusão de curso, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito LAUDICEIA MARREIROS DA SILVA, RG. 29.443.331-4, para exercer, na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 403/2015)

a pedido, a partir de 09-10-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito FERNANDA NORONHA POMPEU, RG. 37.520.982-7, para exercer, na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 404/2015)

a partir de 30-09-2015, em virtude de conclusão de estágio, a credencial de estagiário outorgada ao estudante de Direito STEFANO MAXIMO LOPES, RG. 48.584.140-X, para exercer, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso I, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 405/2015)

a partir de 30-06-2015, em virtude de conclusão de estágio, a credencial de estagiário outorgada ao estudante de Direito JOÃO GABRIEL GOMES COIMBRA, RG. 44.262.823-7, para exercer, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso I, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 406/2015)

a partir de 03-11-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito EMILY FERNANDES, RG. 49.682.994-4, para exercer, na Procuradoria Regional de Sorocaba, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 407/2015)

a partir de 21-10-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito MARIA LETICIA DA COSTA CELESTE, RG. 37.954.454-4, para exercer, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 408/2015)

a partir de 06-11-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito ANABELA DE SOUZA LEIBHOLZ, RG. 29.594.659-7, para exercer, na Procuradoria Regional de Campinas, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 409/2015)

a partir de 21-10-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito MARIA LETICIA DA COSTA CELESTE, RG. 37.954.454-4, para exercer, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 409/2015)

Despacho do Procurador Geral, de 13-11-2015

Processo DGP-7704/2011-SSP, Vols. I ao VII (GDOC-1000879-969609/2015)

Interessado: Orivaldo Baptista Sobrinho

Assunto: Vista de Processo

Fica deferida vista do processo em referência, ao interessado Orivaldo Baptista Sobrinho, RG. 4.569.477-SSP/SP, através de seu advogado, Dr. Daniel Garson, OAB/SP 195.064, por 10 dias, no interior da Procuradoria Geral do Estado, Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador Geral, situado na rua Pamplona, 227, 15º andar, ante a existência de documentos originais de difícil restauração (Lei federal 8.906, de 4.7.1994, art. 7º, § 1º, "2º"), facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento da respectiva taxa.

Despacho do Procurador Geral, de 16-11-2015

Processo: SF-19606-782105/2010, Vols. I ao IV

Interessado: Ivan Pereira

Assunto: Vista de Processo

Fica deferida vista do processo em referência, ao interessado Ivan Pereira, RG. 9.726.860-4, através de seu advogado, Dr. Salvador Mustafa Campos, OAB/SP 159.434, por 10 dias, no interior da Procuradoria Geral do Estado, Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador Geral, situado na rua Pamplona, 227, 15º andar, ante a existência de documentos originais de difícil restauração (Lei federal 8.906, de 4.7.1994, art. 7º, § 1º, "2º"), facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento da respectiva taxa.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Despachos da Diretora, de 16-11-2015

No Processo PGE 16831-659248/2010 – Objeto: Prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos com condutor - Com fundamento na cláusula terceira do Contrato PGE 20/2010, firmado em 10-12-2010, § 8º do artigo 65, da Lei Federal 8.666/93, § 8º do artigo 62, da Lei Estadual 6.544/89 e suas respectivas alterações e, de acordo com a competência a mim delegada pela Resolução PGE 83/94, Autorizo o reajuste dos preços contratados, a partir de 1º/05/2015, em favor da empresa GB Barri Serviços Gerais Ltda, na conformidade do demonstrativo de fls. 3.097 do processo supramencionado.

Tornando sem efeito a publicação do D.O. de 16-10-2015 – página 63 – Seção I.

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Comunicado

EXTRATO DA ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA-BIÊNIO 2015/2016

DATA DA REALIZAÇÃO: 13-11-2015

Processo: 18575-1022514/2015

Interessado: Marcos Ribeiro de Barros

Assunto: Pedido de afastamento para participar do "19º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública", no período de 12 a 14-11-2015, em Curitiba/PR.

Relatora: Conselheira Maria Bernadete Bolsoni Pitton DELIBERAÇÃO CPGE 183/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 17040-1040124/2015

Interessado: Centro de Estudos da PGE

Assunto: Afastamento dos Procuradores do Estado Artur Barbosa da Silveira, Cleirio Rodrigues da Costa, Daniel Henrique Ferreira Tolentino, Talles Soares Monteiro e Thiago Oliveira de Matos para participarem do "19º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública", no período de 12 a 14-11-2015, em Curitiba/PR

Relatora: Conselheira Kelly Oliveira Venâncio DELIBERAÇÃO CPGE 184/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 18575-1060084/2015

Interessada: Claudia Aparecida Cimardi

Assunto: Pedido de afastamento para participar do curso "The Brazilian Legal Profession in the Age of Globalizations", no dia 10-11-2015, em São Paulo/SP.

Relatora: Conselheira Maria Lia Pinto Porto Corona DELIBERAÇÃO CPGE 185/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 18575-986988/2015

Interessada: Corregedoria da PGE

Assunto: Fixação do número de Corregedores Auxiliares

Relatora: Conselheira Mariângela Sarubbo Fragata DELIBERAÇÃO CPGE 186/11/2015 - O Conselho deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto-vista do Conselheiro Ricardo Rodrigues Ferreira, que seja fixado o número de 04 (quatro) Corregedores Auxiliares, sem prejuízo de eventual revisão, vencida a Relatora.

INCLUSÕES À Pauta

Processo: 16521-1090041/2015

Interessada: Rita de Cassia Conte Quartieri

Assunto: Pedido de afastamento para participar do "1º Congresso Paulista de Direito Processual Civil: O Novo Código de Processo Civil", no dia 12-11-2015, em São Paulo/SP.

Relator: Conselheiro Ricardo Rodrigues Ferreira DELIBERAÇÃO CPGE 187/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 16521-1090051/2015

Interessada: Mima Cianci